

Jahrbuch für Geschichte Lateinamerikas
Anuario de Historia de América Latina

62 | 2025 | 97-134

**Carlos Alberto Medeiros Lima
Sandro Aramis Richter Gomes**

Universidade Federal do Paraná

**Fugas escravas e tráfico de africanos no
Rio de Janeiro, Brasil (1822-1855), com
especial referência a 1829**



hosted by



Except where otherwise noted, this article is licensed under a
Creative Commons Attribution 4.0 International license (CC BY 4.0)

<https://doi.org/10.18716/ojs/jbla.62.2228>

Fugas escravas e tráfico de africanos no Rio de Janeiro, Brasil (1822-1855), com especial referência a 1829

Carlos Alberto Medeiros Lima¹

Sandro Aramis Richter Gomes²

Abstract. – The study of slave flights in Rio de Janeiro, Brazil, can be furthered through the construction of a time series. The movement of flights was intimately connected to the slave trade, more than to any other phenomenon, and many changes affected the traffic from 1821 through 1855. The trade grew enormously during the 1820s, and a prohibition was intended in 1830-1831, with real effects during the first half of the decade. Contraband gained momentum from 1835 on, and fluctuations continued. The movement of flights and its fluctuations, as well as the characteristics of the runaways, can be understood considering the impact of the slave trade. The history of slave trade to Brazil also explains the upsurge of flights occurred in 1829, and reactions to it are also studied here. This article was developed through a massive survey of runaway announcements published in the *Diário do Rio de Janeiro* and *Jornal do Commercio*. The analyses of such newspapers make it possible to understand contemporary perceptions about the effects of the increase in slave flights on the social life of Brazilian capital.

Keywords: Brazilian Empire; newspapers; slave trade; slavery.

Resumo. – O estudo da fuga de escravos no Rio de Janeiro, Brasil, pode ser aprofundado através da construção de uma série temporal. A ocorrência das fugas estava intimamente ligada ao tráfico de escravos, mais do que a qualquer outro fenômeno, e muitas mudanças afetaram o tráfico de 1821 a 1855. Um enorme crescimento ocorreu durante a década de 1820, e uma proibição foi pretendida em 1830-1831, com efeitos reais durante a primeira

¹ Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Doutor em História Social pelo IFCS/UFRJ. Bolsista de produtividade em pesquisa – nível 2 – do CNPQ.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná. Realizou estágio de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR (2018-2023). Professor da rede de ensino público do Estado do Paraná.

metade da década. O contrabando ganhou impulso a partir de 1835 e as flutuações continuaram. O movimento e as flutuações das fugas, bem como as características dos fugitivos, poderiam ser compreendidos considerando o impacto do tráfico de escravos. A história do comércio de escravos para o Brasil também explica o recrudescimento das fugas acontecidas em 1829, e as reações a ele também são estudadas aqui. O presente artigo foi desenvolvido por meio do levantamento massivo de anúncios de fugas de cativos publicados no Diário do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio. O estudo de tais periódicos possibilita o conhecimento das percepções da época acerca dos efeitos do aumento das fugas de cativos na vida social da então capital brasileira.

Palavras chave: escravidão, Império do Brasil, imprensa periódica, tráfico de africanos.

Introdução

Estudos de qualidade articularam muito seguramente as fugas de gente escravizada do Rio de Janeiro ao tráfico de escravos. Na análise de Gomes, essa ligação é abordada através da participação dos africanos no total das fugas. No estudo de Karasch, o ponto abordado é o fugitivo típico, um homem jovem proveniente da África Centro-Oidental.³ O objetivo deste trabalho, partindo dessa constatação fundamental, é obter relances sobre as fugas no que elas podem ter sido afetadas pelas profundas mudanças ocorridas no tráfico de escravos africanos ao longo da primeira metade do século XIX, o que permitirá, observando essa questão no tempo, esclarecer pontos e formular hipóteses sobre essa relação entre fugas e tráfico.

O pano de fundo teórico está em trabalhos clássicos de Alencastro sobre a relação entre tráfico de africanos e unidade nacional brasileira. Alencastro viu nele uma enorme capacidade de instituir, ou seja, de influenciar práticas e atitudes durante a primeira metade do século XIX.⁴ Mas, ao tratar de sua importância como uma das manifestações do

³ Flávio dos Santos Gomes, "Jogando a rede, revendo as malhas: fugas e fugitivos no Brasil escravista": *Tempo*, 1 (1996), pp. 67-93; Mary C. Karasch, *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*, São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 401.

⁴ Luiz Felipe de Alencastro, "La traite négrière et l'unité nationale brésilienne": *Revue française d'histoire d'outre-mer*, 66: 244-245 (1979), pp. 395-419.

que chama de desterritorialização do mercado de trabalho, que resultava numa vida social que não demandava a formação interna dos trabalhadores, viu no comércio de almas, igualmente, uma força desagregadora e desintegradora.⁵ Acresce sua importância como negócio, sua centralidade nos mecanismos de reprodução e o peso social e político dos traficantes, levando à integração em um universo hierárquico.⁶

Dois processos foram fundamentais no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX: sua consolidação como principal porto de importação de africanos da época e a expansão de sua população. Quanto ao tráfico, veja-se a figura 1, resumindo as estimativas de Eltis e equipe sobre desembarques no Sudeste brasileiro. Em seguida, quanto à população, vide a tabela 1, aludindo aos inseguros recenseamentos de 1821 e 1849 (neste ano, Haddock Lobo, suplente de subdelegado polícia do Engenho Velho, organizou um censo).

⁵ Luiz Felipe de Alencastro, "A pré-revolução de 30": Novos estudos CEBRAP, 18 (1987), pp. 17-21. Apesar de usar um modelo de análise centrado nas possibilidades de expansão abertas pelo novo encaixe brasileiro na economia-mundo, Marquese afirma que "O tráfico de escravos transatlântico teve também, como um de seus desdobramentos, o aguçamento de certas questões internas no Brasil: a unidade ou desintegração do Império passava pela questão do tráfico negreiro". Rafael de Bivar Marquese, Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, letRADOS e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860, São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 266.

⁶ João Fragoso / Manolo Florentino, O arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia: Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; Manolo Florentino, Em costas negras, São Paulo: Companhia das Letras, 1997.



Figura 1. Africanos desembarcados no Sudeste brasileiro, segundo as estimativas de David Eltis e equipe (1821-1852). David Eltis et al., Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database, 2008, <www.slavevoyages.org/> Acesso: 13/07/2023.

Tabela 1
População do Rio de Janeiro (1821-1849)

	Livres e libertos	Escravos
1821	78525	58553
1849	155851	110602

Eulália Maria Lahmeyer Lobo, História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao capital industrial e financeiro, Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 136; Thomas Holloway, "Prefácio: Haddock Lobo e o recenseamento do Rio de Janeiro de 1849": Boletim de História Demográfica, 50 (2008), pp. 1-37.

Indagamos com o quê o movimento das fugas e das características dos fugitivos apresentava congruência. Se com a população, será possível afirmar ser a evasão de cativos expressão daquilo que Joaquim Manuel de Macedo, em seu *As vítimas-algozes*, chamou de “ressentimento lógico

e natural da escravidão”:⁷ bastava alguém ser escravizado para ver-se incentivado a evadir-se. Já a congruência com o movimento do tráfico de escravos poderia indicar duas coisas, ou uma combinação de ambas: de um lado, levaria a pensar em dinâmicas atlânticas, como nas comunicações de sentidos, projetos e implicações de processos entre as margens do Oceano⁸; de outro lado, pode fazer referência a uma versão bem mais destrutiva do comércio de almas, enfatizando o isolamento e o desenraizamento de jovens recém-traficados para o Rio.

A época durante a qual se tentou proibir o tráfico de escravos africanos para o Brasil faz parte do período abordado. O intento resultou da pressão inglesa, especialmente ao redor da negociação do reconhecimento da Independência brasileira de 1822, e corporificou-se em um tratado anglo brasileiro firmado em 1826 e que declararia a ilegalidade, a partir de 1831 (lei de 7 de novembro), não só do tráfico de africanos, como também das aquisições dos escravizados obtidos dessa forma por proprietários no Brasil. Já que as fugas se ligavam intimamente aos ritmos dos desembarques de africanos, a ilegalidade afetou os anúncios e a própria evasão de cativos de diversas formas, como veremos.

No que respeita a essa evasão, foi levantada uma amostragem de cerca de 8200 anúncios das fugas ou dos desaparecimentos de escravizados. Recorreu-se ao levantamento amostral não só em virtude da enorme quantidade de anúncios (possível evidência, por si só, da ligação das fugas com o comércio de almas), como também pelo fato de que qualquer tentativa de levantamento de todos os anúncios daria origem a uma série cujas omissões teriam efeitos incompreensíveis, dadas as lacunas da coleção da (absolutamente inestimável) Hemeroteca Digital Brasileira. Essa amostragem foi montada levantando-se as informações relativas a todos os anúncios dos números dados à luz de dez em dez dias.

Os números utilizados consistem na extração das médias de anúncios por número de jornal. A quantidade média de anúncios por exemplar de cada ano foi multiplicada pela quantidade de exemplares dados à luz no mesmo ano. Não seria correto trabalhar com a amostra

⁷ Joaquim Manuel de Macedo, *As vítimas-algozes. Quadros da escravidão*, São Paulo: Martin Claret, 2010 [1869], p. 110.

⁸ Roquinaldo Ferreira / Flávio dos Santos Gomes, “A miragem da miscigenação”: *Novos Estudos CEBRAP*, 80 (2008), pp. 141-160.

sem a extração, pois no início do período considerado não existiam edições dominicais, diferentemente do que se passou mais tarde. Quando essas últimas começaram, os anunciantes passaram a dispor de mais números para publicar os anúncios, de modo que a média de anúncios por número tornou-se um pouco menor do que seria se tivesse continuado a haver apenas seis edições semanais. Evitar os efeitos disso impôs realizar a extração.

Proceder dessa forma superestima o movimento de fugas, pois calcular médias diárias de anúncios para depois multiplicar pelo número de edições de cada jornal conduz a um número afetado pelas reiterações de anúncios, cujo impacto seria impossível de estimar. Foram eliminadas as repetições que pudemos detectar. Mas, como só foram levantadas as informações contidas nos números dados à luz de dez em dez dias, é possível que os anúncios considerados inéditos de um determinado dia fossem repetições de anúncios publicados nas edições de dias não levantados, o que inflaciona as médias diárias. Como, conforme já indicado, não é desejável ou viável um levantamento completo, o melhor é considerar que essa superestimativa se repete de modo relativamente homogêneo ao longo de todo o período considerado, e dar mais atenção aos desenhos das curvas e aos problemas de composição da população fugitiva.

Foram levantados os anúncios de fuga ou similares (voltar-se-á a isso) do Diário do Rio de Janeiro (doravante DRJ) entre 1821 e 1855 e do Jornal do Commercio (daqui em diante JC) entre 1828 e 1850, acrescentando-se levantamento idêntico em relação a 1854. Não parece possível somar os dados dos dois jornais, pois havia anúncios publicados em ambos, de modo que se trata o conjunto como duas séries separadas.

Cerca de 7% da amostra do DRJ eram formados por anúncios sobre fugitivos de outros municípios e de libertos e africanos livres. Mas as apreciações feitas aqui têm por base apenas as fugas de escravizados, e somente as partidas da cidade, subúrbios, freguesias rurais e embarcações surtas no porto, sem ultrapassar os limites do município. Por mais que haja anúncios de gente fugida de Niterói, Itaboraí ou Valença, por exemplo, não há como ter ideia acerca da

representatividade dessas fugas em relação às outras ocorridas nos mesmos locais.⁹

Lidar com anúncios implica considerar possibilidades de análise propostas recentemente. Nestler e Frank, ao abordarem jornais do Rio de Janeiro do século XIX, propuseram que a publicação de anúncios ajudou a formatar novos quadros para o comportamento econômico e social, pois ela passou a alterar os custos de transação.¹⁰ A consolidação da prática de publicar anúncios de venda e de arrendamento e aluguel incentivou novos comportamentos e possibilidades de atividade econômica. Quanto aos anúncios de fuga que consideramos, a consolidação do hábito de sua publicação pode ter influenciado mais as práticas articuladas às buscas e à captura dos fugitivos que as fugas propriamente ditas. Perseguidores profissionais de fugidos devem ter tido suas práticas consolidadas especialmente pela forma de organização e financiamento do jornal. O DRJ, por exemplo, não cobrava dos anunciantes, por outro lado permitindo-se definir o ritmo da publicação dos anúncios. Quanto ao JC, Read e Zimmerman sugeriram que jornais normalmente cobravam por anúncios 40 a 100 réis a linha, com assinantes podendo pagar bem menos ou mesmo nada.¹¹ Como o exemplar do jornal tinha um preço baixo, deve ter se tratado de uma grande contribuição para a consolidação da profissão de perseguidor de fugitivos. Além da profissão, ganhava solidez a operação patrimonialista da polícia, pois era frequente que os anunciantes proclamassem abertamente no jornal que recompensariam os policiais civis (então chamados pedestres) que recuperassem fugitivos.¹² Os anúncios podem

⁹ A necessidade de diferenciar as fugas conforme os pontos de partida foi sugerida pela leitura de Fernanda Cristina Puchinelli Ferreira, “Decifrando as fugas escravas: narrativas, senhores e fujões na cidade do Rio de Janeiro (1840-1850)”: *Em tempo de histórias*, 36 (2020), pp. 412-413.

¹⁰ Matthew Nestler / Zephyr Frank, “‘For Rent’ and ‘For Sale’: Newspaper, Advertising, Property, and Markets in Rio de Janeiro, 1820s-1890s”: Hendrik Kraay / Celso Thomas Castilho / Teresa Cribelli (ed.), *Press, Power, and Culture in Imperial Brazil*, Albuquerque: University of New Mexico Press, 2021, pp.132-153, pp. 133-135.

¹¹ Ian Read / Kari Zimmerman, “Freedom for Too Few: Slave Runaways in the Brazilian Empire”: *Journal of Social History*, 48: 2 (2014), pp. 404-426, p. 421.

¹² Thomas H. Holloway, *Polícia no Rio de Janeiro. Repressão e resistência numa cidade do século XIX*, Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. 89,

também ter se influenciado reciprocamente no sentido de alterar os padrões das descrições de fugitivos e as categorias usadas para tais descrições.

Essa questão do acesso aos anúncios levaria a tratar de outra, a da relação entre as fugas e anúncios e a distribuição da posse de escravos. Mas isso é inviável, por não serem muitos os nomes de senhores nos anúncios, prevalecendo os endereços, sem que se saiba se se tratava sempre dos endereços dos proprietários e havendo anúncios nos quais os nomes explicitados eram de representantes de senhores não nomeados.

O movimento das fugas

As fugas da década de 1820 anunciadas no DRJ já deixam visível a dependência da evolução das fugas em relação ao tráfico de escravos (figura 2). A mesma série permite monitorar uma redução da intensidade dessa evasão, a partir do inacreditável pico de 1829, apesar do aumento da população escravizada da cidade.

Além do desenho da curva, o volume de fugas também indica a ligação entre evasão e tráfico de escravos. Não se conhecem outros casos nos quais as fugas tenham atingido esses patamares, nem mesmo tratando-se de populações escravas similares. Gomes já tinha chamado atenção para o ineditismo desse movimento.¹³ Salvador, com, talvez, 28 mil escravizados nos anos 1830¹⁴ e uns vinte mil em 1857¹⁵, não deixa entrever volume semelhante de fugas.¹⁶ Agora, se a população

111; Marcos Luiz Bretas, “A Polícia carioca no Império”: Estudos Históricos, 12: 22 (1998), pp. 219-234, p. 225.

¹³ Gomes, “Jogando a rede”, pp. 67-93.

¹⁴ João José Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês em 1835*, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 24; Maria José de Souza Andrade, *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*, São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, p. 29.

¹⁵ João José Reis, *Ganhadores. A greve negra de 1857 na Bahia*, São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 37-38.

¹⁶ João José Reis, *Domingos Sodré, um sacerdote africano. Escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 148-157; Reis, *Rebelião escrava*, pp. 323-324; Isabel Cristina Ferreira dos Reis, “Uma negra que fugiu, e consta que já tem dous filhos’: Fuga e família entre escravos na Bahia oitocentista”: *Afro-Ásia*, 23 (2000), pp. 27-46.

escravizada não era o que mais diferenciava Salvador e Rio de Janeiro, a ligação com o tráfico africano, pelo menos no século XIX, indica trajetos bem diferentes.

O Rio de Janeiro completava o percurso que conferiu à cidade o triste título de um dos maiores, se não o maior porto de importação de escravos de todos os tempos, e Salvador não teve o mesmo desempenho no século XIX.¹⁷ Gomes, é verdade, afirma ter sido o tamanho da cidade do Rio o que conduziu a número tão grande de fugas, tornando difícil a captura de evadidos.¹⁸ Mas o contraste com Salvador – também cidade grande para parâmetros do período – sugere ter sido alguma outra coisa o que incentivava tantas fugas. Defende-se aqui ter-se tratado do impacto do tráfico de escravos africanos (figuras 2 e 3).

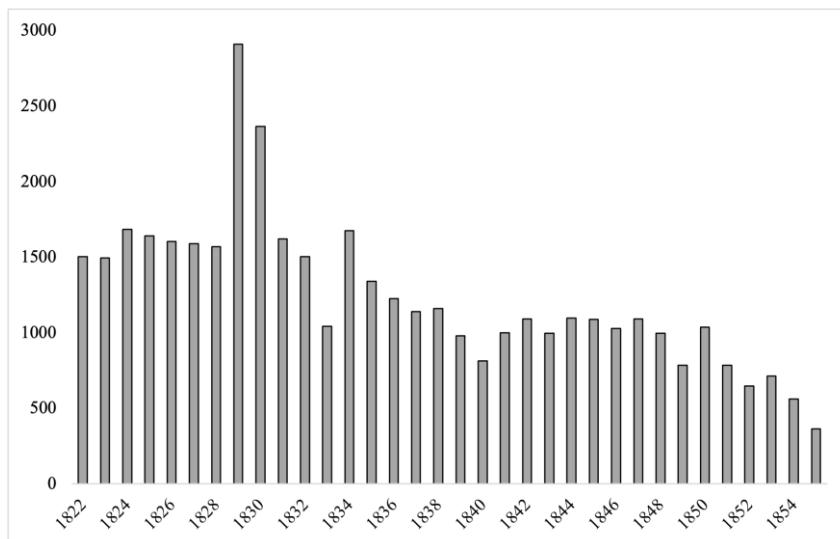


Figura 2. Estimativa da quantidade de anúncios de fugas partidas da cidade.¹⁹
DRJ, 1822-1855.

¹⁷ Leonardo Marques, *The United States and the Transatlantic Slave Trade to the Americas, 1776-1867*, New Haven: Yale U. P., 2016, p. 145.

¹⁸ Flávio dos Santos Gomes, “Quilombos/remanescentes de quilombos”: Flávio dos Santos Gomes / Lilia Moritz Schwarcz (ed.), *Dicionário da escravidão e liberdade. 50 textos críticos*, São Paulo: Companhia das Letras, 2018, pp. 367-373.

¹⁹ Excluíram-se os que fugiram de outros locais que não a cidade do Rio e seus subúrbios e freguesias rurais, os libertos (provavelmente cumprindo condições) e os africanos livres.

A redução do volume passível de ser entrevista com o DRJ pode explicar-se pelo surgimento de veículos novos, que passaram a atrair os anúncios. É possível observá-lo no JC (figura 3), a partir de cujos dados se pode construir uma série que captura parcialmente o impacto da nova explosão do tráfico de escravos da segunda metade dos anos trinta e totalmente a dos anos 1840, sob a ilegalidade, sendo de se observar que, ainda assim, a curva não parece refletir o enorme aumento da população urbana escravizada.

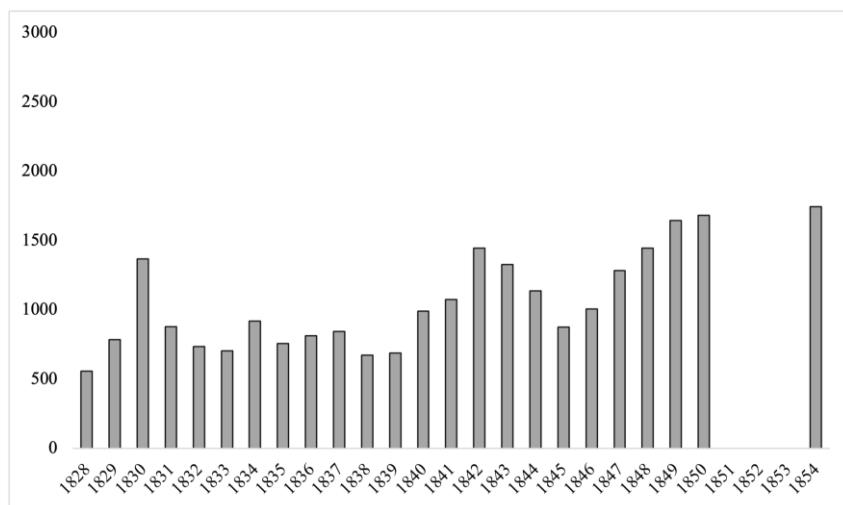


Figura 3. Estimativa da quantidade de anúncios de fugas partidas da cidade.²⁰ JC, 1828-1854.

Os dados do JC deixam com uma impressão de crescimento do movimento de fugas. Eles indicam até certo ponto o segundo pico de tráfico de escravizados e refletem frontalmente o terceiro, ocorrido no final dos anos 1840. Por outro lado, parece ter havido uma substituição de um veículo pelo outro como o foco atrator dos anúncios. Ainda assim, a impressão de avanço no JC não deve ser considerada reflexo do ritmo de crescimento da população escrava.

Observam-se nos desenhos das curvas os incríveis picos de anúncios de fuga. No DRJ, em 1829-1830; no JC, quanto a 1830. Essas disparadas

²⁰ Excluíram-se os que fugiram de outros locais que não a cidade do Rio e seus subúrbios e freguesias rurais, os libertos (provavelmente cumprindo condições) e os africanos livres.

no movimento refletiram o auge de desembarques de africanos no porto do Rio de Janeiro durante o final da década de 1820.

A quase superposição entre o movimento de fugas e o de desembarques de africanos faz pensar que muitos dos fugitivos eram recém-desembarcados, o que comunica uma eletricidade especial à ligação entre evasão e tráfico de escravos. Entreveem-se debandadas de gente fortemente desenraizada.

As duas séries fornecem imagens diferentes da relação entre fugas e tráfico africano. O DRJ mostra em cheio o impacto das grandes levas de desembarcados transoceânicos da década de 1820, certidão de nascimento do país. Mas não deixa transparecer o que ocorreu nos anos 1830 e 1840, com seus terríveis momentos de desembarque acelerado de africanos contrabandeados. O JC, diversamente, e mesmo que fosse novato nos anúncios em 1828-1829, mostra bastante bem duas das ondas fortes dos desembarques, ou seja, tanto a do final dos anos 1820, quanto a dos anos 1840. Assim, o DRJ permite compor curva mostrando com precisão o impacto das compras de escravizados africanos dos anos 1820, mas teve menos capacidade de capturar o impacto dos desembarques das décadas de 1830 e 1840. O JC deixa entrever o final da importância da primeira leva e os efeitos cheios da terceira. Quanto à retomada de 1836-1838, talvez seus efeitos sejam visíveis, ainda no JC, pelo avanço das fugas no início dos anos 1840.

Comparando a série DRJ com os dados de desembarque de Eltis e equipe, notam-se os patamares elevados e crescentes dos anos 1820. Percebe-se a forte queda de fugas e desembarques no início dos anos 1830. Observa-se, quanto à segunda metade da década, um repique forte dos desembarques (1836-1839) e uma retomada leve das fugas no início da década seguinte.

Para tratar dos anos 1840, é melhor observar a série JC. O tráfico dá um repique relativo em 1842-43, da mesma forma que as fugas. 1844 e 1845 são de possível retração dos desembarques, e 1845 viu redução das fugas. 1846, 1847 e 1848 foram a época da forte aceleração final do tráfico, e as fugas subiram conjuntamente.

A série DRJ não reflete bem os auges de desembarques posteriores a 1830. A série JC reflete os auges do fim dos anos vinte e o dos anos 1840. Apesar de se verem traços da retomada de desembarques de 1836-1839, essa onda visivelmente não transparece com a mesma nitidez que as outras nas informações sobre fugas. De fato, a primeira retomada do

tráfico após 1831 foi marcada por desvios em relação às arribadas de carregamentos na cidade. Procuravam-se portos outros que não o Rio de Janeiro, chegando a alterar os mercados de escravos do Centro-Sul que se posicionaram mais longe do Rio.²¹ Isso significa que as fugas refletiam não só o volume e os movimentos dos desembarques, como também as alterações de sua natureza e das estratégias dos contrabandistas.

Flávio Gomes localizou, no Diário do Rio de Janeiro de 1826, 1199 fugitivos.²² Extrapolando os dados da amostra usada aqui, atinge-se a estimativa de mais de 1500, e a diferença deve-se certamente à aludida tendência à superestimativa. Além do mais, em períodos circunscritos, o levantamento realizado para este trabalho não se limitou aos anúncios de fuga publicados em uma seção de “Escravos fugidos” que em períodos específicos o DRJ mantinha destacada; além deles, foram computados aqueles contidos nas seções de “Perdas”, “Roubos” e “Notícias Particulares” que apareciam nas mesmas épocas nos veículos consultados. Retenha-se a franca ultrapassagem do milhar.

Uma estimativa do número de fugas de 1.500 cativos evadidos conduz a pensar-se que se evadiam anualmente 2,6% da população escrava da cidade. Grande parte dessas fugas representava um conjunto formado pelo *petit marronage*, ou seja, pelo que João Reis, Eduardo Silva e Isabel dos Reis denominam *escapadelas* (evasão temporária para tocar a vida) e pelo que Reis e Silva chamam de fugas reivindicatórias; em outras palavras, fugas que não eram definitivas. Os dados dos anúncios não permitem verificar-lo, mas se, arbitrariamente, for suposto que pouco mais de metade dos anúncios fazia referência a esse tipo de condição transitória, a proporção entre as fugas e a população de toda a cidade ficaria, anualmente, na casa de mais de um por cento.

Segundo Florentino e Amantino, os inventários *post mortem* lavrados no meio urbano da cidade do Rio em 1810-1835 apontam que 0,6% dos escravos avaliados se encontravam fugidos.²³ Mais que indagar-se

²¹ Leslie Bethell, A abolição do tráfico de escravos no Brasil, Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1976, p. 92; Robert Conrad, Tumbeiros, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 90-91.

²² Flávio dos Santos Gomes, “Jogando a rede”, p. 90.

²³ Manolo Florentino / Márcia Amantino, “Uma morfologia dos quilombos nas Américas, séculos XVI-XIX”: História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 19 (2012), p. 259-297, p. 262.

sobre a congruência entre os dois números, é preciso tomar alguns cuidados. Os 0,6% verificados nos inventários correspondem a um saldo agregado daqueles que haviam fugido anteriormente, que continuavam evadidos quando se abria cada inventário e que não houvessem sido simplesmente esquecidos em virtude da desistência de recuperá-los. A proporção de mais de um por cento que se estimou observando os anúncios corresponde a uma possível taxa anual de fugas. É bem diferente, de modo que não se deve julgar haver disparidade entre as imagens deixadas pelos inventários e pelos anúncios. Os dados dos anúncios sugerem, no entanto, uma taxa de fugas que devia ficar um pouco acima da taxa de alforrias, pois os dados de Valencia Villa sugerem uma taxa de manumissão de pouquíssimo mais que 1% ao redor de 1840.²⁴

No fim dos anos 1820, cresceu muito o número de anúncios no DRJ e no JC sobre fugas de escravos. Então, as edições de ambos os periódicos foram caracterizadas pela profusão de notícias relativas aos conflitos de rua travados entre homens livres e escravos, bem como entre os próprios cativos. Consoante o vocabulário empregado pelos jornais, tais incidentes eram motivados por *ajuntamentos* (ou *assuadas*) de negros em ruas nas quais estavam localizadas as lojas de varejistas e as oficinas dos artífices. As reclamações respeitantes a esses ajuntamentos imputavam aos escravos atos de violência e crimes como o roubo.²⁵

Os citados periódicos publicaram editoriais e textos anônimos nos quais esses incidentes eram classificados como desordens que comumente davam origem a episódios de violência. A reunião de *negros capoeiras* era vista pelos colaboradores do DRJ e do JC como a principal causa dos conflitos de rua nesse contexto de aumento de fugas de escravos. A mencionada expressão é alusiva aos escravos que se dedicavam a uma luta de origem afro-brasileira denominada capoeira. Os esforços de autoridades locais para coibir a prática dessa arte marcial são anteriores à implementação do regime monárquico. Há evidências de que desde a época do governo de D. João VI no Brasil

²⁴ Carlos Eduardo Valencia Villa, Produzindo alforrias no Rio de Janeiro no século XIX. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008, p. 70.

²⁵ DRJ, 18/11/1829.

(1808-1821) existiram iniciativas da força policial do Rio de Janeiro para coibir os ajuntamentos dos capoeiristas.²⁶

No final dos anos 1820, a recorrência dos ajuntamentos de escravos capoeiristas continuava a ser encarada pela imprensa carioca de maneira depreciativa. Os participantes desses encontros eram considerados como *vagabundos* que perturbavam a ordem pública, ou como *facínoras* que não hesitavam em cometer assassinatos. Essas reuniões não eram censuradas somente por causa da prática daquela modalidade de luta.²⁷ Elas também eram criticadas porque ensejavam a realização de *cantilena*s, uma cantoria repetitiva que era habitualmente executada em algum dialeto africano.²⁸ Desde 1825, estava regulamentada pela Polícia da cidade do Rio de Janeiro a aplicação de açoites aos cativos que participavam de ajuntamentos. Em 1829, ao tempo em que as fugas escravas eram um assunto recorrente no DRJ e no JC, as determinações contidas nesse regulamento voltaram a ser divulgadas na imprensa.²⁹

Segundo as informações veiculadas no DRJ e no JC, a cidade do Rio de Janeiro do final dos anos 1820 ao limiar da década de 1830 seria um ambiente inseguro, o qual a força policial não conseguia pacificar. Em boa medida, tal situação seria decorrente da ineficácia do controle, pelas autoridades locais, da circulação de escravos (fugidos ou capturados) pelo centro e pelas freguesias da Corte. Na correspondência anônima e nos anúncios publicados naqueles jornais, constata-se que um receio compartilhado por habitantes dessa cidade era de que os escravos fugidos provocassem conflitos de rua e, por consequência, tornassem ainda mais conturbado o ambiente social. Um dos aspectos que caracterizavam tais incidentes eram as lutas corporais envolvendo cativos.³⁰

Os jornais também noticiaram os assassinatos atribuídos aos escravos que, por conta de uma insatisfatória atuação da Polícia,

²⁶ Ver Carlos Eugênio Líbano Soares, *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*, Campinas: Ed. da Unicamp/Cecult-IFCH, 2001.

²⁷ JC, 25/05/1829

²⁸ Clóvis Moura, *Dicionário da escravidão negra no Brasil*, São Paulo: Edusp, 2004, p. 81.

²⁹ JC, 25/05/1829.

³⁰ DRJ, 23/08/1830.

conseguiam transitar pela cidade munidos de armas de fogo.³¹ No curso dos anos 1830, o DRJ e o JC continuaram a publicar informações e missivas acerca de fugas de escravos e das preocupações suscitadas pelas reuniões de cativos no espaço público. Em ambos os periódicos, a queda e a estabilização do número de anúncios de fugas não foram acompanhadas pelo término das reclamações voltadas ao aprimoramento da repressão aos ajuntamentos de escravos.³²

Uma aproximação entre o DRJ e o JC consistiu na veiculação de textos opinativos sobre a dificuldade de os responsáveis pelo policiamento da Corte inibirem a ocorrência de tais episódios. De acordo com os reclamantes, a circulação livre e segura dos cidadãos pelas ruas era inviável por causa dos encontros de escravos, notadamente aqueles identificados como *capoeiras*.³³

Ocorrido no princípio da década de 1830, o declínio da veiculação desses anúncios data de uma época marcada pela permanência da formulação de sugestões destinadas a aperfeiçoar o controle sobre a movimentação dos escravos que viviam no Rio de Janeiro. Em tal época, a linha editorial do DRJ e do JC se manteve orientada pela disposição de divulgar informações nas quais se exigia dos órgãos públicos, como o Ministério da Justiça, uma vigilância mais eficiente em relação aos cativos que circulavam, sozinhos ou em grupos, por locais como as praças, ruas e tavernas.³⁴

Essa circulação, assim como as suas consequências violentas, continuou a ser entendida pela imprensa como resultado do comportamento selvagem e da situação de ociosidade em que estariam muitos dos escravos. Conforme essa ideia, punir a indolência dos cativos era fundamental para o restabelecimento da paz pública.³⁵ A consulta aos citados periódicos permite reconhecer que, a despeito do aumento ou diminuição das fugas, o combate aos ditos *ajuntamentos ilícitos* se manteve como um objetivo crucial de autoridades da capital (intendentes de Polícia e juízes de paz, por exemplo), e de anônimos que recorriam à imprensa para propor medidas de controle sobre o trânsito dos cativos pela cidade.

³¹ JC, 08/01/1830.

³² JC, 23/09/1830.

³³ DRJ, 27/04/1832.

³⁴ JC, 09/08/1831.

³⁵ JC, 13/05/1833.

Esse instante de elevação inusitada da propensão à fuga de escravizados foi época de também outras fontes de pânico e de sensação de insegurança. Tendo sido esse ano de 1829 aquele do fechamento do Banco do Brasil, tratou-se de momento de crise fiscal do Estado, de derramamento inaudito de moedas de cobre e de inflação.³⁶ Aliás, esses fenômenos terminavam por ser vistos como comunicantes, para dizer o mínimo. Em 4 de abril de 1829, o ministro da fazenda, Miguel Calmon du Pin e Almeida, compareceu à Câmara dos Deputados e, para defender propostas governamentais relativas à moeda, associou a depreciação da moeda do Banco do Brasil ao tráfico de escravos, ou, mais especificamente, à “demasia na importação de gêneros e escravos”.³⁷ Essa imagem de excesso associada ao tráfico não deixa de ser sugestiva. Só no âmbito da repulsa ao tráfico africano ela costumava se repetir, e não era esse o caso. O comércio de africanos recebia, também por essa via, um sinal de tensão – e não se descarta a possibilidade de que a insegurança derivada das fugas fosse uma das fontes disso.

O movimento das fugas de africanos e de crioulos

As figuras 4 e 5 indicam a renitência do predomínio africano no conjunto de fugas de escravos mostrado por Gomes e Karasch, não obstante as fortes oscilações do comércio de almas.

³⁶ Rafael Cariello / Thales Zamberlan Pereira, Adeus, senhor Portugal: crise do absolutismo e a Independência do Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 437.

³⁷ Annaes do Parlamento Brazileiro – Camara dos Srs. Deputados – quarto anno da primeira legislatura, sessão de 1829, Rio de Janeiro: Typ. de H. J. Pinto, 1877, tomo I, sessão em 4 de abril de 1829, p. 10.

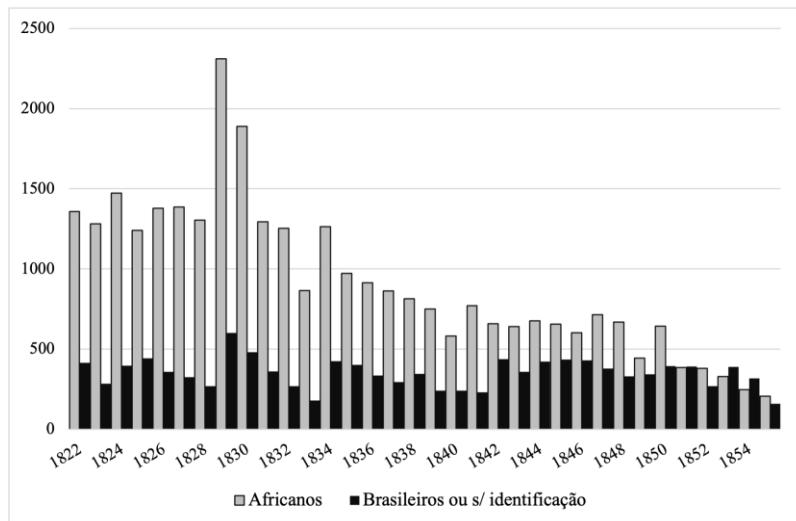


Figura 4. Números estimados de nascidos no Brasil³⁸ e de africanos entre os fugitivos partidos da cidade do Rio de Janeiro. DRJ, 1822-1855.

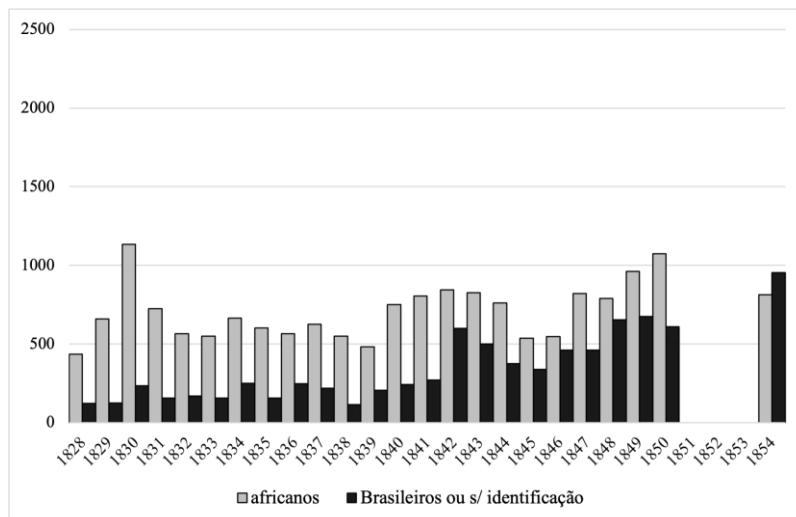


Figura 5. Números estimados de nascidos no Brasil³⁹ e de africanos entre os fugitivos partidos da cidade do Rio de Janeiro. JC, 1828-1854.

³⁸ Procedência brasileira explicitada ou ausência de indicação de procedência (ausentes também expressões como “boçal” e assemelhadas).

³⁹ Procedência brasileira explicitada ou ausência de indicação de procedência (ausentes também expressões como “boçal” e assemelhadas).

É possível que a ilegalidade tenha levado a disfarçar procedências africanas de fugitivos. Os dados retirados do Jornal do Commercio dos anos 1840 são eloquentes (figura 5). Africanos e “crioulos” entre os fugitivos oscilavam conjuntamente, denunciando escamoteamento de procedências do continente africano. Isso significa que o movimento das fugas efetivamente crioulas certamente foi mais parecido com o indicado pelo DRJ que com o calculado com os dados do JC, embora até nos anúncios do primeiro desses jornais pareça ter havido escamoteamento.

Se for realizada uma avaliação de longo prazo a respeito da altíssima participação nas fugas de africanos identificados enquanto tais, ver-se-á que, durante os anos 1820 e até os meados da década seguinte, haviam nascido na África quatro quintos dos escravos e escravas que se evadiram. De então até 1841, essa proporção aproximou-se dos três quartos, para permanecer ao redor dos três quintos durante a maior parte da década de 1840 e aproximar-se mais da metade no início dos anos 1850.

Estimativas dos movimentos das fugas de pardos, mulatos, caboclos etc. permitem ver de outro ângulo a relação entre evolução das fugas e da população (figura 6).

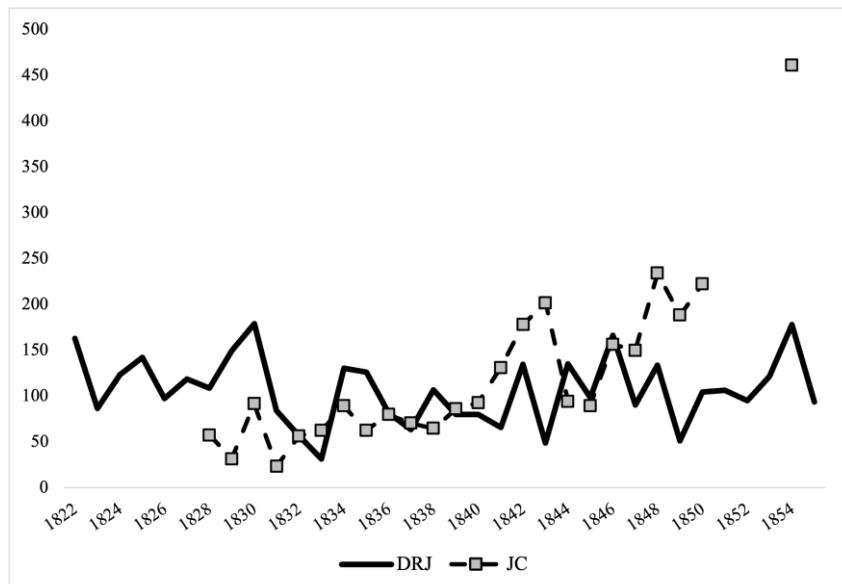


Figura 6. Estimativa do movimento de fugas de pardos, mulatos, caboclos, cabras, mestiços e assemelhados nos dois jornais (1822-1855). DRJ, 1822-1855; JC, 1828-1854.

É claro que o movimento das fugas de pardos e outros acompanhou, pelo menos na série do JC, a evolução do tamanho da população de pardos e assemelhados na cidade. Mas isso só reforça a constatação de que o movimento total das fugas não o fez, ligando-se mais à evolução do tráfico de africanos. A evasão de pardos deve ter obedecido a um padrão muito diferente do vigente quanto às fugas de africanos. Tal evasão levou aos desenhos tão diferentes das curvas do total de fugas (muito marcado pelos africanos).

O movimento de fugas de escravos e escravas provenientes do Brasil deve ter se mantido mais ou menos constante ao longo dos 25 ou 30 anos considerados nas séries. Se as coisas tiverem realmente se passado assim, ter-se-á nisso algo muito significativo, pois a população da cidade (incluindo sua gente escravizada nascida no Brasil) certamente aumentou entre uma data e outra,⁴⁰ o que constitui mais uma maneira

⁴⁰ Holloway, "Prefácio: Haddock Lobo", pp. 1-37; Luiz Carlos Soares, O "Povo de Cam" na capital do Brasil: a escravidão urbana no Rio de Janeiro do século XIX, Rio de Janeiro: 7 Letras/Faperj, 2007, p. 29.

de verificar que o movimento das fugas dependia pouco do tamanho da população e mais do comércio de almas.

A combinação dos dados do recenseamento de 1821⁴¹ com a estimativa de Florentino sobre a participação de crioulos no conjunto da população ao redor de 1821 e com as informações do censo de Haddock Lobo, de 1849⁴², sugere alguma coisa sobre a evolução da população. O contingente escravizado na cidade teria quase dobrado entre 1821 e 1849 (de mais de 50 mil para pouco mais de 110 mil). O contingente crioulo de 1849 seria, por outro lado, quase quatro vezes maior que o de 1821, tendo passado, possivelmente, de algo em torno de 11 mil pessoas escravizadas para mais de 44 mil. Esse avanço de modo algum se reflete no movimento de fugas, que permanece respondendo basicamente aos solavancos do tráfico de escravos.

É claro que os dados de Haddock Lobo devem ser olhados com reservas. Não há como acreditar que a população escravizada nascida no Brasil tenha quadruplicado em menos de trinta anos. Não se deve esquecer que Haddock Lobo, apesar de sua formação médica, era policial, de modo que deve ter sido bem alta a propensão dos chefes dos domicílios recenseados para declarar crioulos seus africanos. Ainda assim, a população cresceu entre uma data e outra, sem que se note impacto no ritmo das fugas.

Os jovenzinhos

Está-se, definitivamente, em face do reino da pluralidade de fugas.⁴³ Além das definitivas e das reivindicatórias ou endêmicas, havia a considerar também roubos e seduções, além de um tipo de desaparecimento que intriga diversos pesquisadores: o de crianças africanas.

Uma das descobertas mais aterradoras e fascinantes de Gomes é a de que, entre os fugitivos, os africanos eram em geral muito jovens,

⁴¹ Lobo, História do Rio de Janeiro, p. 135.

⁴² Holloway, "Prefácio: Haddock Lobo", pp. 1-37; Luiz Carlos Soares, O "Povo de Cam", p. 29.

⁴³ Carlos Eugênio Líbano Soares / Flávio dos Santos Gomes / Juliana Barreto Farias, No labirinto das nações. Africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX, Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, pp. 25-32.

diferenciando-se parcialmente dos crioulos.⁴⁴ Muitos dos nascidos no continente africano que fugiram eram praticamente crianças. Algo semelhante foi apontado em trabalhos de Florentino.⁴⁵

Vejamos então, por subperíodos, a participação dos muito jovens – crianças e púberes – entre os fugitivos de ambas as procedências (figuras 7 e 8). É preciso considerar o patamar da participação dos muito jovens como um nível mínimo, pois foram considerados para obter uma aproximação às faixas etárias os anúncios nos quais se atribuíam idades aos fugitivos (cerca de metade em ambas as séries) e os que apresentavam classificações de época como as de *moleque* ou *moleca*. É possível que houvesse mais menininhos entre os evadidos do que os passíveis de identificação com essa documentação.

⁴⁴ Gomes, "Jogando a rede", pp. 67-93.

⁴⁵ Manolo Florentino, "Sobre manumissões e fugas no Rio de Janeiro Imperial": Adriana Maria Alzaite Echeverri / Carlos Eduardo Valencia / Manolo Florentino (ed.), Impérios Ibéricos em comarcas americanas, Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ/7 Letras, 2010, pp. 85-101; Raphael Neves, Experiências capturadas: em torno da escravidão urbana, imprensa e fugas escravas no Rio de Janeiro, 1809-1821. Dissertação (Mestrado em Ciências), Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

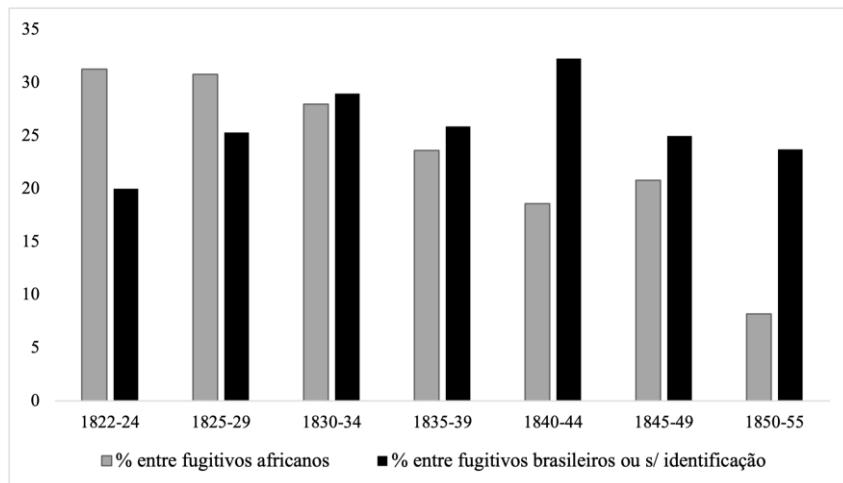


Figura 7. Participação (%) dos fugitivos muito jovens (10 a 19 anos, ou moleques, molecas etc.) no total de fugitivos africanos e nascidos no Brasil.⁴⁶ DRJ, 1822-1855.

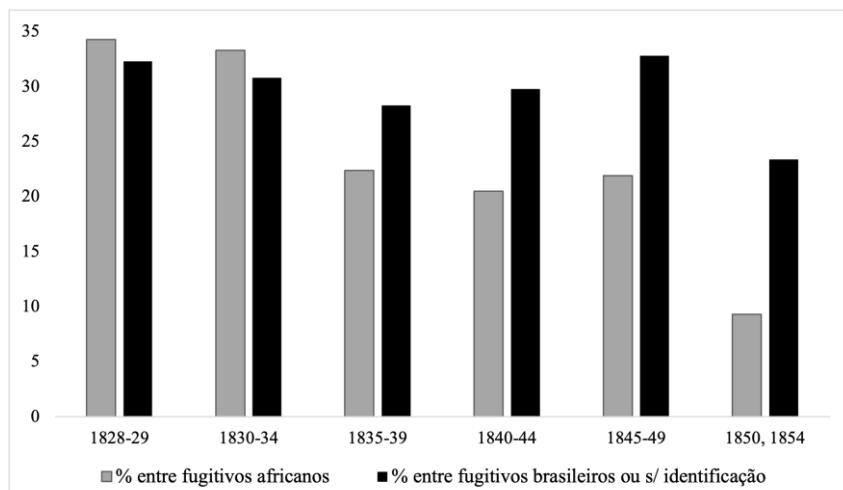


Figura 8. Participação (%) dos fugitivos muito jovens (10 a 19 anos, ou moleques, molecas etc.) no total de fugitivos africanos e nascidos no Brasil.⁴⁷ JC, 1828-1854.

⁴⁶ Procedência brasileira explicitada ou ausência de indicação de procedência (ausentes também expressões como “boçal” e assemelhadas).

⁴⁷ Procedência brasileira explicitada ou ausência de indicação de procedência (ausentes também expressões como “boçal” e assemelhadas).

O desaparecimento de meninos e meninas procedentes da África foi muito associado ao auge do tráfico de escravos. Passado o ápice, a importância do fenômeno se reduziu entre os naturais da África, como se nota nos dados posteriores a 1834.⁴⁸ Mas começou a flutuar entre os evadidos possivelmente nascidos no Brasil, o que teve pouco efeito no conjunto pelo fato de os escravizados locais terem tido participação pequena no total dos fugitivos. Merece muita ênfase o fato de que, entre africanos evadidos devidamente identificados, a fuga de muitos jovens foi algo associadíssimo ao auge sustentado do tráfico.

Um caso de 1825 dá o que pensar sobre essas crianças perdidas:

"A quem faltar huma pretinha de Nação, procure na rua da Cadeia N. 142, que foi achada perdida pelas escravas da mesma casa na noite de 22 do corrente mez, quem for dono, a pôde procurar, que dando os signaes, se lhe entregará".⁴⁹

As africanas adultas acharam-na, consideraram-na mais perdida que fugitiva e conduziram-na ao proprietário delas, o que explica o anúncio.

Outro caso é bem mais dramático:

"Vencesláo da Pena, faz saber que achou no mato, ao pé da sua rezidencia em Moreira, hum moleque novo, de Nação, a querer enforcar-se com hum sipó ao pescoço; quem for seu dono, dando os signaes dele prontamente o entrega, e já fez publico por escriptos nos lugares publicos, desta Freguezia de Iguacú".⁵⁰

O garoto, assim, se dirigira para Iguaçu, um destino significativo, pois, como Gomes mostrou, essas áreas próximas ao Rio abrigavam conjuntamente o que chama de "campo negro" e um número difícil de imaginar de aquilombamentos.⁵¹ Ao invés de liberdade, os elementos que organizaram sua passagem por ali foram o desarraigo e o desespero.

A grande importância do tráfico para explicar as fugas e a presença dos africanos entre os fugitivos conduzem a mais de um tipo de

⁴⁸ É por essa razão que os dados de Fernanda Cristina Ferreira apontam maior participação de jovens entre os fugitivos brasileiros que entre os africanos; seu trabalho se dedica aos anos 1840. Ferreira, "Decifrando as fugas escravas", pp. 412-413.

⁴⁹ DRJ, 26/03/1825.

⁵⁰ DRJ, 05/04/1825.

⁵¹ Flávio dos Santos Gomes, "O 'campo negro' de Iguaçu: escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883)": Estudos Afro-asiáticos, 25 (1993), pp. 43-72.

interpretação. Será sempre possível indagar sobre heranças de modelos centro-africanos de evasão em relação a sociedades opressivas ou em crise e reunião em novas unidades, não necessariamente muito defensivas, compondo o que Silvia Lara denominou como tradição política centro-africana.⁵² Lara, quanto a isso, segue o relato sobre Quissama de Krug, que também enfatiza o que a primeira chama de “syntaxe política centro-africana”, com acento na capacidade de reagrupamento e recomposição de relações após desligamento por fuga do mundo colonial ou do linhageiro.

Adicionalmente (a medida é impossível de estimar), o desaparecimento sem sentido de meninos africanos pode apontar para outra espécie de fenômeno, muito familiar a estudiosos do cativeiro nas Américas: o desenraizamento constitutivo da escravidão. Escravos estavam sujeitos às brutais formas de isolamento e desenraizamento que já foram classificadas como “morte social”⁵³ ou “estraneidade”.⁵⁴

Fugas e ofícios

É usual ligar os destinos dos cativos das cidades escravistas às especificidades das ocupações urbanas, pois elas permitiriam mobilidade e níveis modestos de acumulação de pecúlios. Importa, pois, verificar se havia associação entre ofícios e fugas, sendo estas incentivadas pela prática de profissões valorizadas? A natureza dos anúncios não permite verificar as ocupações de todos os fugitivos, mas ofícios artesanais parecem ter sido registrados com maior sistematicidade.

A posse desse tipo de treinamento podia incentivar fugas, pois, tratando-se a capacitação artesanal do tipo de treinamento que mais valorizava escravizados no sórdido mercado de seres humanos, podia constituir uma promessa de sobrevivência e de avanço na vida de

⁵² Silvia Hunold Lara, *Palmares & Cucaú. O aprendizado da dominação*, São Paulo: Edusp, 2021, p. 229; Jessica A. Krug, *Fugitive modernities, Kisama and the politics of freedom*, Durham: Duke U. P., 2018, pp. 58-76.

⁵³ Orlando Patterson, *Escravidão e morte social*, São Paulo: Edusp, 2008.

⁵⁴ Claude Meillassoux, *Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

eventuais fugitivos.⁵⁵ Por outro lado, os ofícios podiam inibir fugas, pois artífices e domésticos tinham mais chances de trabalhar em condições de maior confinamento. Ainda assim, vale a pena verificar se os escravizados com os valorizados ofícios artesanais apresentavam propensão para fugir maior ou menor que a dos outros. Comparam-se, portanto, as participações dos artesãos cativos na população masculina com doze ou mais anos de idade (inventários *post mortem*) e nas fugas de homens e jovens.

Nos inventários abertos entre 1820 e 1827, os homens com ofícios eram quase dois quintos entre os inventariados com mais de 11 anos de idade, caso se incluam cozinheiros e costureiros. Nas fugas do DRJ entre 1821 e 1827, eles eram só um sexto. Entre 1830 e 1835, eram 45% nos inventários e apenas um quarto nas fugas do DRJ. Caso eliminemos da conta os cozinheiros e costureiros, dada a possibilidade de que se tratasse mais de domésticos que de escravos com ofícios, veremos que eles eram um terço da população inventariada nos anos 1820, mas pouco menos de um sexto nas fugas anunciadas no DRJ. Entre 1830 e 1835, tratava-se de dois quintos nos inventários e menos de um quarto nas fugas.⁵⁶

É possível também comparar os anúncios de venda de escravos do DRJ de 1840 e as fugas nos dois jornais em 1839-1841. Com costureiros e cozinheiros, os artífices foram, em 1840, pouco mais de um terço dos homens oferecidos para venda. Nas fugas anunciadas no DRJ (1839-1841), tratou-se de um quarto, apenas. No JC a participação foi ainda menor.

A participação dos escravizados com treinamento artesanal entre os fugitivos era extremamente baixa em comparação com sua presença relativa na população. Eles não tinham uma propensão especial a fugir, ou então eram contidos pelo confinamento implicado em diversos tipos de ocupação dessa espécie. De um modo ou de outro, reforça-se a compreensão de que as fugas tinham pouco a ver com as ocupações dos cativos.

⁵⁵ Carlos Alberto Medeiros Lima, Artífices do Rio de Janeiro (1790-1808), Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

⁵⁶ DRJ, 1821-1835

Fugas e etnicidade

Nesta seção, são comparadas as proporções, nas fugas, de africanos de diversas procedências e de nascidos no Brasil com dados sobre a presença relativa de cada grupo na população e sobre o acesso de cada um às raras oportunidades de mobilidade ascendente experimentadas por escravizados e escravizadas no Rio de Janeiro da época. É verdade que Farias, Soares e Gomes defenderam com brilho a necessidade de desconfiar das procedências expressas na documentação.⁵⁷ Além da tradicional imprecisão das grandes áreas africanas de sequestro resumida com ainda menos acurácia através de referências aos portos de embarque, escamoteando diversidades africanas, Farias, Soares e Gomes apontam a vigência de “processos de formações identitárias”: “africanos se conheciam e identificavam-se (misturando-se) muito mais e para além das expectativas e significados de autoridades e senhores”.⁵⁸ Pode-se entrever nessa ideia de “labirinto” uma espécie de megalaboratório de etnogênese.

Ainda assim, a definição de três grandes áreas de embarque – África Ocidental, África Centro-Ocidental e África Oriental – pode servir como ferramenta metodológica, apontando aproximativamente para as relações de cada grupo com o contexto social. Começa-se com o confronto da participação das grandes áreas na população com a participação de cada uma nas fugas (tabelas 2 e 3); na sequência, ver-se-á a relação disso com a mobilidade.

⁵⁷ Farias / Gomes / Soares, *No labirinto das nações*, p. 35.

⁵⁸ Farias / Gomes / Soares, *No labirinto das nações*, capítulos 1 e 2.

Tabela 2

Distribuição por procedência entre os escravizados no Rio de Janeiro urbano (1820-1827, gente com mais de 7 anos de idade) e entre os fugitivos partidos da cidade de 1821-1827

Procedências dos escravizados	Escravizados nos inventários	Fugitivos (DRJ)
Brasil ou sem informação	14,8	21,3
África Ocidental	3,0	5,5
África Centro-Ocidental	68,9	47,7
África Oriental	10,8	19,7
África – procedência não identificada	2,5	5,8
Total de africanos	85,2	78,7
Total (total absoluto)	100,0 (1071)	100,0 (1391)

Amostra população – Florentino, Em costas negras, 1997; Inventários *post mortem*, Arquivo Nacional. Fugitivos – DRJ, 1821-1827.

Alguns grupos tinham participação nas fugas menor que sua participação na população, o que se aplicava aos africanos centro-ocidentais. Mostra-se, assim, necessário introduzir um adendo à afirmação de Karasch de que os centro-ocidentais eram os fugitivos típicos. Eram o grupo com maior representação nas fugas, indiscutivelmente, e nesse sentido eram, sim, típicos. Mas tinham menos chances de se evadir que outros segmentos. Veja-se (tabela 3) como a distribuição dos fugitivos por procedências não se alterou, ao menos até meados dos anos 1830.

Tabela 3

Distribuição (%) por procedência dos escravizados no Rio de Janeiro urbano (1830-1835, com mais de 7 anos de idade) e dos fugitivos de 1828-1835

Procedências dos escravizados	Escravizados nos inventários	Fugitivos (DRJ)	Fugitivos (JC)
Brasil ou sem informação	17,6	21,0	20,5
África Ocidental	5,8	5,4	7,3
África Centro-Ocidental	60,3	47,5	44,2
África Oriental	13,7	21,5	24,3
África – procedência não identificada	2,5	4,6	3,8
Total de africanos	82,4	79,0	79,5
Total (nímeros absolutos)	100,0 (986)	100,0 (1766)	100,0 (840)

Amostra população - Florentino, Em costas negras, 1997; Inventários *post mortem*, Arquivo Nacional. Fugitivos - DRJ, 1828-1835; JC, 1828-1835.

Nem se os africanos sem procedência identificada fossem adicionados aos centro-ocidentais sua participação entre os fugitivos seria semelhante à que alcançavam na população escravizada. Outros participavam mais das fugas que da população: crioulos, africanos ocidentais (às vezes) e africanos orientais. Quanto aos Mina, suas fugas corroboram o que Farias, Soares e Gomes defenderam quanto a eles: eram “ardilosos e sagazes”.⁵⁹

⁵⁹ Farias / Gomes / Soares, No labirinto das nações, p. 224.

Tabela 4
Distribuição por procedência dos fugitivos partidos da cidade entre 1836 e 1855

Procedências dos escravizados	DRJ		JC	
	1836-45	1846-55	1836-45	1846-54
Brasil ou sem informação	31,1	41,7	31,2	43,2
África Ocidental	4,9	7,2	4,9	5,9
África Centro-Ocidental	43,4	36,1	43,7	35,9
África Oriental	19,1	11,9	18,4	12,5
África – procedência não identificada	1,5	3,1	1,8	2,5
Total de africanos	68,9	58,3	68,8	56,8
Total (nímeros absolutos)	100,0 (1317)	100,0 (936)	100,0 (1095)	100,0 (894)

DRJ, 1836-1855; JC, 1836-1854.

A ideia de pluralidade das motivações para fugir se sustenta, e aproximamo-nos dela confrontando os dados sobre fugas com as informações disponíveis acerca da capacidade de acessar os parcos canais de mobilidade ascendente abertos a escravizados. Alguns grupos super-representados entre os fugitivos tinham acesso mais franco que outros aos canais de mobilidade ascendente, tendo este sido o caso de nascidos no Brasil e de africanos ocidentais. Mas não é possível afirmar que a expectativa de mobilidade sempre explicasse as fugas, pois outro grupo com mais chances de evadir-se – o dos africanos orientais – era também o mais excluído dos canais de mobilidade.

Inversamente, é também impossível afirmar que a exclusão quanto à mobilidade era o fator impulsor das fugas. É impossível porque outro grupo relativamente excluído das chances de mobilidade – o dos africanos centro-ocidentais – era também o menos tendente a evadir-se.

Algumas avaliações sobre alforriados permitem verificar a afirmação feita acima de que centro-ocidentais eram pouco favorecidos. Tomemos, por exemplo, as mães libertas de crianças alforriadas na pia

batismal para comparar sua distribuição por procedências com a das mulheres escravizadas adultas presentes nos róis de escravizados em inventários *post mortem*. 23% das inventariadas (entre 1789 e 1817) haviam nascido no Brasil, enquanto 48% (mais que o dobro) das mães de crianças alforriadas na freguesia de São José do Rio de Janeiro (1786-1816) eram crioulas. Havia clara preferência, na hora de alforriar crianças na pia batismal, pelos filhos de nascidas no Brasil.

Quanto às africanas ocidentais, não se denunciam muitas disparidades entre os dois números (5% nos róis e 6% na pia batismal). As africanas centro-ocidentais tinham pouca chance de verem seus filhos alforriados na pia: elas eram mais de dois terços das mulheres nos inventários, mas somente pouco mais de um terço entre as mães de crianças libertas; elas continuariam a parecer desprivilegiadas se fossem somadas a elas os quase dez por cento de africanas mães de crianças libertadas cujas procedências do continente africano não foram explicitadas na fonte de informação. As africanas provenientes da área do Oceano Índico eram poucas nos róis de escravizadas (menos de 1%); ainda assim, merece menção o fato de nenhuma ter tido filho ou filha alforriada na pia.⁶⁰

É possível confirmar o acesso menos fechado à mobilidade de nascidos no Brasil e de africanos ocidentais observando-se os alforriados e os seus casamentos. A diferença em favor de crioulos e ocidentais eram ainda mais pronunciadas que no caso das alforrias de pia. Começando com as alforrias, tomamos o exemplo da freguesia da Candelária da cidade do Rio de Janeiro em momentos selecionados entre 1813 e 1849 (1813-1814, 1822-1826 e 1845-1849) e usando os registros de óbito de adultos. Tratou-se de 382 escravizados e de 47 libertos entre os sepultados.

Um quarto dos escravos enterrados eram nascidos no Brasil, mas entre os libertos sepultados sua participação era de três quintos. Africanos Ocidentais eram outro grupo com mais chances de alcançar a alforria; foram um vigésimo dos sepultados escravos, mas um sétimo dos libertos mortos, proporção bem mais alta. Centro-Ocidentais foram mais de metade dos cativos sepultados, mas apenas um quarto dos libertos mortos. Nessa época, havia mais africanos orientais. Eles eram

⁶⁰ Amostra população – Florentino, Em costas negras, 1997; Inventários post mortem, Arquivo Nacional. Batismos – Freguesia de São José, batismos, 1785-1820.

um décimo da amostra de mortos ainda sob o cativeiro, mas nenhuma pessoa dessa procedência foi sepultada como liberta na Candelária no período observado.⁶¹

A distribuição das pessoas libertas que lograram casar-se na freguesia de São José do Rio de Janeiro entre 1789 e 1844 era muito semelhante àquela dos libertos sepultados na Candelária. Brasileiros e africanos ocidentais estavam sobrerepresentados entre os libertos e centro-ocidentais e orientais, sub-representados.⁶²

Viu-se ter havido diversos tipos de fuga. Algumas podem ter resultado da afirmação do acesso aos raros trajetos de mobilidade ascendente; outras, da recusa dessa possibilidade. A pura e simples rejeição da ordem escravista não pode de modo algum deixar de ser lembrada. A tentativa de transformar a vida escravizada em algo vivível, no entanto, também dava origem a um tipo de fuga: a evasão transitória, de protesto ou não. À frente se faz referência a fugas que podiam representar furtos de escravizados alheios em um ambiente de degradação das relações entre proprietários. Mas havia fugas sem nenhum sentido, e elas eram muitas.

O elemento indicado aqui com mais ênfase é a possibilidade de a alta propensão de africanos orientais para a fuga explicar-se pela grande quantidade de meninos entre os fugitivos provenientes da região do Índico. Levamos em conta as informações das duas séries quanto ao período estendido até 1834, por ter sido ele aquele do auge da evasão de meninos. Iniciamos com o DRJ. Os muito jovens foram um quarto dos evadidos nascidos no Brasil, 13% dos africanos ocidentais e 27% dos centro-ocidentais; mas constituíram quase dois quintos (38%) dos fugitivos orientais. Na série JC, meninos eram quase um terço dos crioulos fugidos, pouco mais de um quinto dos africanos ocidentais, três a cada dez entre os centro-ocidentais, mas 43% entre os orientais.⁶³

Quando se tratava de fugas de africanos orientais, as chances de que se tratasse de crianças ou meninos fugitivos aumentavam muito. Assim, e mesmo que seja impossível quantificar de modo mais decisivo, fica clara a alta probabilidade de que a pronunciada participação da gente do Índico nas fugas se desse ou à presença de muitas crianças

⁶¹ Freguesia de Nossa Senhora da Candelária, óbitos, 1793-1876.

⁶² Freguesia de São José do Rio de Janeiro, matrimônios, 1785-1851.

⁶³ DRJ, 1821-34; JC, 1828-34.

entre os traficados⁶⁴, a um plus de desespero nas vidas dessas pessoas, ou a ambas as coisas.

As seduções

A participação no total dos anúncios em que eram manifestadas suspeitas de sedução ou furto desenha um movimento importante (figura 9). Juliana Farias pôs acento nos anos 1830 quanto às seduções no Rio de Janeiro.⁶⁵ Soares aborda os anos 1840 como “auge da chamada sedução de escravos – fugas agenciadas por outros cativos ou libertos para enviar escravos da cidade para o campo, ou vice-versa” –, além de tratar as casas de angu (os zungus) cariocas como pontos estratégicos desses trajetos e estratégias.⁶⁶

⁶⁴ Manolo Florentino, “Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850”: História (São Paulo), 35: 78 (2016), pp. 1-20; Manolo Florentino, “Aspectos sociodemográficos da presença dos escravos moçambicanos no Rio de Janeiro (c. 1790-c. 1850)”: Adriana Campos / Antônio Jucá / João Fragoso / Manolo Florentino, Nas rotas do império, Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006, pp.193-244; Villa, Produzindo alforrias, p. 90.

⁶⁵ Carlos Eduardo de Araújo Moreira / Carlos Eugênio Líbano Soares / Flávio dos Santos Gomes / Juliana Barreto Farias, Cidades negras. Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX, São Paulo: Alameda, 2008, p. 42; Soares / Gomes / Farias, No labirinto das nações, p. 224.

⁶⁶ Soares, A capoeira escrava, p. 215; Carlos Eugênio Líbano Soares / Flávio dos Santos Gomes, “Em busca de um ‘risonho futuro’: seduções, identidades e comunidades em fugas no Rio de Janeiro escravista (séc. XIX)”: Locus, 7: 2 (2001), p. 9-28, p. 20.

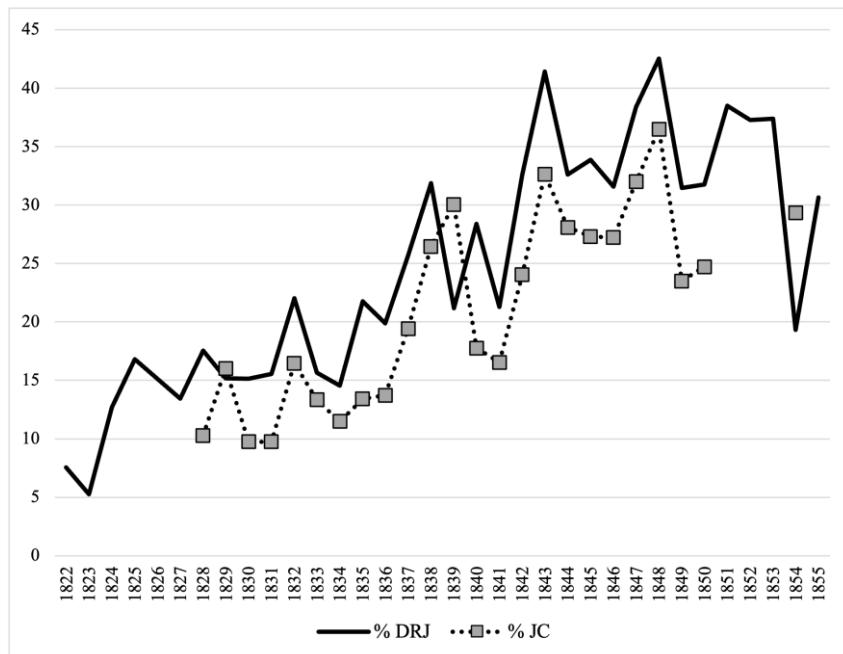


Figura 9. Participação (%) dos anúncios com suspeitas de sedução ou furto enunciadas nos jornais (1822-1855). DRJ, 1822-1855; JC, 1828-1854.

Observa-se aqui que os anos 1830 merecem o acento recebido, pois a segunda metade dessa década foi de autêntica explosão das suspeitas de sedução.⁶⁷ Seu auge realmente se deu nos anos 1840, conforme Soares.⁶⁸

De fato, as seduções de escravos podiam significar fenômenos diversos. Tratava-se, muitas vezes, de furtos de escravos e daquilo que, na época, era fraseado usando os verbos “seduzir” ou “desencaminhar”. Esses furtos podiam ou não ser acordados com os próprios cativos. Gomes e Soares, diversamente, tratam as seduções como frutos da atividade de escravos e associados, como coisa diferente dos furtos e agressões de senhores aos patrimônios de outros proprietários.⁶⁹ Muitas “seduções” podem ser vistas como verdadeiros ataques recíprocos de senhores de escravos.

⁶⁷ Moreira / Farias / Gomes / Soares, Cidades negras, p. 73-78.

⁶⁸ Soares, A capoeira escrava, p. 373.

⁶⁹ Soares / Gomes, “Em busca de um ‘risonho futuro’”, p. 14.

Há semelhanças entre o movimento da importância das “seduções” e o das mortes violentas de homens em diversas partes do Brasil dessa época.⁷⁰ Essa simultaneidade de evoluções pode indicar que “seducir” significaria um outro sintoma da degradação das relações interpessoais em momento de crise política (pós-Independência, Regências, instabilidade política, ainda, nos anos 1840).

Periodizar a incidência dessa espécie de ato permite observar a vigência, ou não, de processos de degradação das relações *entre senhores de escravos*. Mas há a interpretação de Soares, relacionada à ajuda mútua entre escravizados e destes com outros afrodescendentes e pobres. Quanto a ela, a periodização é um testemunho importante. Por que teria havido mais solidariedade entre negros urbanos em comparação com períodos anteriores ou posteriores exatamente na época dos conflitos políticos exacerbados? Krause e Soares sugerem uma resposta: a enorme crise regencial, juntamente com processos mais amplos, de crise atlântica, teria acirrado conflitos entre grupos étnicos.⁷¹

Pode-se acrescentar outra coisa. A ilegalidade do tráfico pode ter estimulado proprietários a avançarem sobre as posses cativas alheias por ser, então, precária a documentação acerca dos “direitos” de senhores a africanos contrabandeados. É possível ter-se pensado que ninguém tomaria medidas formais contra quem roubava africanos contrabandeados. Deve ser lembrado que a legislação de 07 de novembro de 1831 – a primeira proibição da importação de escravizados de qualquer parte do continente africano – penalizava a aquisição de contrabandeados, e não apenas sua importação.

Qualquer que seja a interpretação adequada (se é que uma é mais adequada que a outra), a verdade é que a vida política também interferia nas fugas escravas. Também é fato que a política o fazia em interação com a dinâmica do tráfico africano.

⁷⁰ Carlos Alberto Medeiros Lima, “Estado e fronteira agrária: causas externas de mortes no Centro-Sul brasileiro e no Recôncavo Baiano (1820-1870)”: Almanack, 31 (2022), pp. 1-45.

⁷¹ Rodrigo Goyena Soares / Thiago Krause, Império em disputa. Coroa, oligarquia e povo na formação do Estado brasileiro (1823-1870), Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2022, pp. 111-118.

Considerações finais

As fugas efetivamente estavam ligadas ao tráfico de escravos. Seu volume na cidade e seu movimento tornam difícil questionar essa hipótese. A evolução do montante da evasão de cativos, se combinadas às impressões deixadas pelas séries DRJ e JC, claramente obedecia mais ao que ocorria no porto e menos ao que se passava na população da cidade. Os desaparecimentos de meninos e jovens constituem testemunho adicional e particularmente dramático a esse respeito.

Essa especificidade das fugas na maior cidade escravista da história conduz a pensar-se nos resultados de outro trabalho que manejou uma amostra ampla de anúncios de fuga, qual seja o de Read e Zimmerman, onde se avaliaram anúncios de várias províncias e da cidade do Rio de Janeiro entre 1845 e 1875. Concluíram no sentido de os fugitivos terem sido escravizados atípicos em virtude da preponderância masculina no grupo, por terem idades bastante específicas, por serem capacitados em ocupações itinerantes e porque seriam pessoas capazes de se fazerem passar por livres em virtude de seus hábitos. A resistência através da fuga não teria sido uma alternativa muito realista para a maioria dos escravizados. Só uma pequena minoria podia tirar vantagem de “circunstâncias inusuais” para fugir.⁷² Os autores enfatizam a atipicidade dos fugitivos, ao passo que o elemento enfatizado aqui é a especificidade das fugas do Rio de Janeiro, de seu volume e de seu movimento. Enfatizamos, especialmente, o contexto dessas fugas, marcadas como eram pelo tráfico africano. Dada a concentração do comércio de escravos no Rio de Janeiro, além do volume deste, é possível que as fugas cariocas fossem muito diferentes – e, proporcionalmente, bem mais numerosas – que as de outras praças do Brasil da mesma época. O tráfico de escravos alastrava tensões e uma tônica de desenraizamento que se manifestava na explosão do ritmo de fugas de escravizados, fosse a composição desse grupo mais parecida com a do conjunto da população, fosse ela diferenciada.

É possível ler no argumento de atipicidade de Read e Zimmerman a ideia de que as fugas eram apanágio de um grupo muito integrado de escravizados, mais apto que os outros a aproveitar oportunidades de abandono do sistema escravista. Essa questão pode ser aproximada à discussão feita acima a respeito da relação entre fugas e mobilidade

⁷² Read / Zimmerman, “Freedom for Too Few”, pp. 405-406.

ascendente, tendo em vista as filiações étnicas africanas prováveis. Observou-se alta propensão a fugir entre escravizados dos grupos que mais aproveitavam as chances de mobilidade ascendente: nascidos no Brasil e africanos ocidentais. Mas também era alta a propensão a fugir entre os menos prestigiados dos africanos, quais sejam, os provenientes da área do Oceano Índico. Se observarmos a questão buscando o tipo preponderante, veremos que, entre os fugitivos, os pertencentes aos grupos onde normalmente era maior a integração predominava numericamente sobre os originários de grupos pouco propensos à integração. Mas é só o que se pode dizer com as fontes disponíveis. O fato de que a integração nesse sentido era mais comum entre escravizados nascidos no Brasil, por exemplo, não significa que todo nascido no Brasil fosse um integrado, especialmente no tocante a fugitivos, já que a fuga podia resultar especialmente da vedação de um caminho de integração ou mobilidade esperado diante do grupo a que se pertencia.

As fugas observadas diferenciavam-se marcadamente em relação às norte-americanas. Por mais impressionante que tenha sido o tamanho da população escravizada nos Estados Unidos, o tráfico de escravos, teve, aparentemente, um volume dez vezes menor que o brasileiro, de modo que provavelmente não teve a capacidade de estruturar as fugas nem nos portos em que ele mais se concentrou. O comércio africano está ausente das análises sobre evasão de cativos inscritas na comparação feita por Morgan entre o Lowcountry da Carolina do Sul e a baía de Chesapeake. As fugas são analisadas tendo em vista elementos como as ocupações,⁷³ o castigo,⁷⁴ ou os processos de trabalho.⁷⁵ Pode parecer aproximação à importância do tráfico o fato de Morgan chamar a atenção para a maior ou menor aculturação de escravizados naturais do Lowcountry e de Chesapeake, o que impactava sua propensão a fugir ou não em grupo.⁷⁶ A maior propensão a fugas coletivas de africanos cria a mesma impressão,⁷⁷ assim como a importância da cooperação entre

⁷³ Philip D. Morgan, *Slave counterpoint. Black culture in the eighteenth-century Chesapeake & Lowcountry*, Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1998, pp. 34-341.

⁷⁴ Morgan, *Slave counterpoint*, pp. 143, 394.

⁷⁵ Morgan, *Slave counterpoint*, pp. 151-153.

⁷⁶ Morgan, *Slave counterpoint*, pp. 466-467.

⁷⁷ Morgan, *Slave counterpoint*, pp. 447-447.

companheiros de viagem atlântica.⁷⁸ Mas o elemento efetivamente acentuado por Morgan é a etnicidade, e não o impacto do tráfico sobre o contexto.

Há um ponto no qual análises sobre fugas norte-americanas se aproximam do que vimos aqui, e esse ponto é o dos joenzzinhos. Morgan também percebeu sua importância,⁷⁹ mas, se no Rio de Janeiro esse púbere ou adulto muito jovem era quase certamente um africano recém-desembarcado, Morgan sustenta quanto aos evadidos de tenra idade que estuda ter-se tratado de domésticos. Também chamou a atenção de Franklin e Schweninger a presença de muitos fugitivos excessivamente jovens no final do século XVIII e início do seguinte, época de tráfico africano aberto (e em comparação com as fugas de época posterior, também estudadas). Aliás, isso se aplicava mais às fugitivas que aos evadidos.⁸⁰ Essa concentração nos jovens era ainda mais dramática em se tratando de africanos.⁸¹ Mas eles sugeriram, em consonância com as características da escravidão nos Estados Unidos, que isso se devia ao fato de a faixa etária ainda não se achar enredada no matrimônio e na formação de famílias, além do fato de homens jovens serem mais capazes de reagir aos intentos de recaptura.⁸² Novamente, passa-se perto da importância do desenraizamento ligado ao tráfico de escravos para a explicação das fugas, mas o caso norte-americano realmente não conduz a postular essa relação.⁸³

As fugas eram plurais. Ligavam-se ao conflito entre senhores e escravos. Prefere-se aqui seguir Reis e Silva⁸⁴ e fazer referência a

⁷⁸ Morgan, *Slave counterpoint*, p. 448.

⁷⁹ Morgan, *Slave counterpoint*, pp. 212-213.

⁸⁰ John Hope Franklin / Loren Schweninger, *Runaway slaves. Rebels on the plantation*, Oxford: Oxford U. P., 1999, pp. 210-212, 331-332.

⁸¹ Franklin / Schweninger, *Runaway slaves*, p. 232.

⁸² Franklin / Schweninger, *Runaway slaves*, pp. 210-212.

⁸³ Análises de fugas norte-americanas em época de tráfico aberto sem referência ao impacto desse comércio também aparecem em Dinah Mayo-Bobee, "Servile discontents: slavery and resistance in Colonial New Hampshire, 1645-1785": *Slavery and abolition*, 30: 3 (2009), pp. 339-360; Daniel E. Meaders, "South Carolina fugitives as viewed through local colonial newspapers with emphasis on runaway notices 1732-1801": *The Journal of Negro History*, 60: 2 (1975), pp. 288-319.

⁸⁴ João José Reis / Eduardo Silva, *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*, São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

conflito, mais que a resistência, pois este último termo pressupõe uma intencionalidade na rejeição ao escravismo que nem sempre estava no centro dos acontecimentos: havia conflitos originados de eventos destituídos de atos ou palavras de negação da ordem escravista – as querelas incidentes nas relações entre irmandades negras e outras instituições são um exemplo.⁸⁵

Elas podiam estar ligadas igualmente àquilo que, abusando-se aqui da abordagem usada em Farias, Soares e Gomes, vem sendo chamado de etnogênese na cidade do labirinto africano⁸⁶, possivelmente mobilizando mecanismos de ajuste das interações entre desgarrados implicados no que Lara denominou tradição política centro-africana.

Muita coisa ocorria como expressão brutal e dramática do desenraizamento. Esquentava tudo a instabilidade política, e ela também tinha ligação com o tráfico de escravos, devendo-se lembrar que este último, ao mesmo tempo fundamental e proscrito a partir de 1831, punha mais uma marca sangrenta na certidão de nascimento do país. O movimento das seduções e furtos mostra-o.

É de se anotar que os resultados desta pesquisa levam a divergir um pouco da usual afirmação de não ter tido efeitos mais robustos a lei de 7 de novembro de 1831, a da primeira proibição do tráfico de africanos para o Brasil. A ideia de inoperância da lei baseia-se na constatação de, após a mesma, terem sido contrabandeados para o Império algo como setecentos e cinquenta mil africanos.⁸⁷ É fato não se ter reduzido o ímpeto das importações. Mas isso não significa que a proibição deixou de ter efeitos, inclusive no sentido de impor alguns sinais de crise na escravidão. Além de alterar a dinâmica dos preços de escravizados e os mecanismos de desembarque e distribuição, ela pode ter tido efeitos no sentido de degradar as relações entre possuidores de cativos.

⁸⁵ Carlos Alberto Medeiros Lima, *Associativismo escravo e irmandades no Brasil*, Saarbrücken: Novas Edições Acadêmicas, 2016, pp. 285-286.

⁸⁶ Farias / Gomes / Soares, *No labirinto das nações*, p. 65-96.

⁸⁷ David Eltis et al., *Voyages: The Trans-Atlantic Slave Trade Database*, 2008, <www.slavevoyages.org/> Acesso: 13/07/2023.